



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

---

## AUTISMO E A INCLUSÃO ESCOLAR, UM DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO

*Fernanda Patrícia Melo de Messias*

*Anderson de Alencar Menezes*

*Izeni Teixeira Pimentel<sup>22</sup>*

*Angela Maria de Lima*

*Idabel Nascimento da Silva<sup>23</sup>*

*Maria Vilma da Silva<sup>24</sup>*

### RESUMO

O autismo é um transtorno que causa problemas do desenvolvimento com prejuízo acentuado na socialização, linguagem e comportamento. Dentre estes aspectos o seguinte artigo tem como objetivo apresentar uma visão geral sobre a concepção do autismo e a inclusão escolar, os principais sintomas e seu desenvolvimento de aprendizagem, assim como apresentar caminhos para que os portadores desse transtorno tenham a oportunidade de conviver com outras pessoas em escolas do ensino regular, e assim possam desenvolver suas habilidades interagindo com todos, buscando envolver os professores no trabalho de inclusão, sabendo ser possível, legalmente, integrar a proposta pedagógica da escola com as necessidades educacionais especiais, tendo como ponto de partida a crença no potencial das crianças autistas, sem privá-las do convívio social.

**Palavras Chave:** Autismo; inclusão escolar; aprendizagem.

---

<sup>22</sup> E-mail: izenimaecoruja2015@gmail.com

<sup>23</sup> E-mail: idabelandia2016@gmail.com

<sup>24</sup> E-mail: vilma.educacao@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O autismo é considerado um distúrbio do desenvolvimento e faz parte de um grupo de condições denominadas transtornos globais do desenvolvimento. Pessoas com esse distúrbio possuem dificuldades qualitativas na comunicação, interação social e conseqüentemente problemas comportamentais. É decepcionante estarmos em pleno século XXI, ainda tendo que discutir sobre a inclusão de alunos com deficiência, pois a inclusão escolar já deveria ter sido instituída de forma radical, sendo cobrada das instituições suas adequações e o acolhimento aos alunos, pois uma educação de qualidade tem por fim envolver toda comunidade escolar, buscando meios para inserção de todos.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, entre outros. O professor tem um papel de extrema importância nesse contexto, pois ele vai auxiliar a criança em seu desenvolvimento e descobertas, como também na compreensão do contexto na qual esta criança autista se encontra inserida.

A inclusão de crianças com autismo nas escolas regulares, sobretudo da rede pública tem sido motivo de discussão ao longo de vários anos, a qual se confunde com a própria história da Educação Especial no Brasil. A educação especificamente voltava para as pessoas com deficiências educativas especiais, e foi iniciada institucionalmente a partir da década de 70, com a criação da CENESP e a implantação de setores da Educação Especial nas Secretarias Estaduais de Educação. A partir desse momento, as necessidades do aluno especial passaram a ter lugar efetivo dentro das discussões da Educação em geral. (Ferreira e Nunes, 1997).

Alunos com autismo podiam ser encontrados inicialmente inclusos na nomenclatura utilizada para fazer referência às pessoas com deficiência. Estes foram chamados “alunos especiais” conforme a Lei de Diretrizes e Bases 5.692 (1971) “Art.9º - Os alunos que apresentarem deficiências físicas ou mentais deverão receber tratamento especial de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação”.

Quanto aos portadores de transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento das relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa

definição alunos com autismo clássico, síndrome de asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância e transtornos invasivos do desenvolvimento sem outra especificação. Auxiliando esse quadro, a Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009, em art. 4º, S 2º, p. 02; demarca o público-alvo do Atendimento Especializado.

Ponderar crianças com autismo elegíveis para a escola é avaliar que são capazes de aprender, desenvolver-se e relacionar-se com os demais, enfim, viver o dia a dia na escola (SUPLINO, 2005, p. 16). O desafio está para além de mantê-las nas salas de aula, ele reside em mantê-las com qualidade de trabalho realizado.

O processo de inclusão das chamadas crianças com necessidades especiais de condutas típicas (Multieducação 1996), nas classes especiais das escolas regulares, fez surgir uma série de questões.

Tais questões são relativas às dificuldades encontradas pelos professores em lidar com a frequente manifestação dos diversos tipos de comportamentos as condutas auto-estimulatórias e auto-agressivas, que são conforme os depoimentos dos professores, as que despertam maiores preocupações. Frequentemente, os professores veem diante de situações com as quais não conseguem lidar. É comum observar um

professor, mesmo aquele que já possui alguma informação sobre o assunto, sem saber como proceder quando um aluno insiste em bater com a cabeça contra a parede negando-se a realizar qualquer tarefa ou em outras situações. (Multieducação, 1996).

A conduta externada por estas crianças merece destaque no que diz respeito à sua inserção em sala de aula, uma vez que “as diferenças, especialmente as incomuns, inesperadas e bizarras, sempre atraíram a atenção das pessoas, despertando por vezes, temor e desconfiança” (Omote, 1996 p.65). Crianças que mordem a si mesmas, batem com a cabeça contra o chão, comem massa de modelar, papel, lápis, plásticos e outros, têm sido motivo de preocupações para as pessoas com as quais convivem, sejam familiares ou professores.

Habituar-se com tais diferenças e descobrir caminhos para realizar um trabalho autêntico e eficaz compõe o objetivo a ser alcançado por famílias e comunidades escolares.

A pesquisa bibliográfica (GAUDERER, 1993, ASSUMPCÃO JR, 2002; CAMPOS, 2002; FACION; 2002; SALLE, ONÓFRIO, ZUCHI, 2002, entre outros) indica que o termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1943, quando o psiquiatra Leo Kanner, ao observar crianças internadas numa instituição, percebeu que o comportamento

de um grupo delas se diferenciava de forma significativa dos demais, visto que tais crianças estavam sempre distanciadas das outras e pareciam manter uma relação não funcional com os objetos, inclusive brinquedos.

Em 1949, Kanner passou a classificar essa condição como uma síndrome e referir-se à mesma como Autismo Infantil Precoce (OLLER, 2010). Este quadro apresentaria como principais características a dificuldade de contato com pessoas, desejo obsessivo de manter as situações sem alterações, ligação especial com objetos, fisionomia inteligente, alterações na linguagem (de mutismo a fala sem função) que tem como consequência dificuldades no contato e na comunicação interpessoal (SHWARTZIMAN E ASSUNPÇÃO, 1995).

É importante ressaltar que estes distúrbios estão frequentemente associados as várias outras condições. Os atrasos do desenvolvimento são comuns nas áreas de habilidades intelectuais, e na maioria dos casos há uma associação à deficiência mental. A área da linguagem está comprometida no que se refere ao significado, além do seu uso com fim comunicativo. Movimentos, formas de alimentar-se e o sono também sofrem alterações. Quanto à prevalência, o autismo é mais comum em meninos do que em meninas. A relação é da ordem de 4 para 1

ou 5 para 1. (SHWARTZIMAN E ASSUNPÇÃO, 1995).

## **2 AUTISMO**

Utilizando o termo difundido por Bleuler, Kanner separou o termo autismo para designar este transtorno do desenvolvimento global do qual hoje ouvimos falar. O termo “autismo” foi utilizado por Kanner (1943, p. 29 apud TUCHMAN, 2009) e Asperger (1991, p. 29 apud TUCHMAN, 2009), em 1943 - 1944, de modo independente e quase simultâneo, para descrever crianças com incapacidades no desenvolvimento e com uma singularidade caracterizada por profundo déficit de relacionamento interpessoal, sem, contudo, esgotar os estudos de suas muitas manifestações comportamentais. Todavia, ficou provado que esses pacientes apresentavam, apenas, uma das manifestações do autismo, que os sintomas são distintos em cada paciente e que podem apresentar intensidades maiores e menores, onde o paciente pode apresentar sinais de deficiência mental ou pode viver aparentemente uma vida próxima do normal.

### **2.1 PRINCIPAIS SINTOMAS DO AUTISMO**

Os primeiros sinais de autismo podem ser observados em bebês que apresentam os seguintes sinais:

Até 9 meses: Não se aconchegam ao colo da mãe ou do pai e não olha nos olhos, não sorri, não emite sons que possam chamar a atenção dos adultos;

Com 1 ano: Não olham quando são chamados pelo nome;

Após os 2 anos: Não usam mais de 2 palavras que não sejam repetições.

O autista tem como característica uma aparência normal, porém seus perfis de desenvolvimento podem variar.

São esses alguns sintomas do autismo: Comprometimento das habilidades físicas, linguísticas e sociais, reagindo de forma diferente as sensações; a linguagem pode aparecer atrasada ou não se desenvolver; brinquedos podem ser usados de formas diferentes em suas funções; pouca compreensão de ideias, irritabilidade; podem ter medo em coisas simples ou simplesmente não temer nada; alguns autistas podem apresentar agressividade, assim como se auto-agredir.

## **2.2 Diagnóstico**

Os pais e ou cuidadores são os primeiros a perceber algo diferente nas crianças com autismo. O bebê pode se apresentar indiferente quando estimulado por brinquedos ou pessoas, tendo sua atenção voltada para determinados itens durante muito tempo. Já outras crianças se desenvolvem normalmente até um

determinado período de vida, meses, quando repentinamente se isola. Tais comportamentos, nem sempre são vistos como “anormalidade”, acreditando ser traço de personalidade, tendo como consequência o atraso no diagnóstico e no tratamento.

É importante, quando percebido algo diferente no comportamento de uma criança levá-la a um especialista para um diagnóstico clínico, através de entrevista com os pais ou responsáveis e observação direta do comportamento. Ainda não há exames específicos para o autismo, porém alguns testes como: o do pezinho, rubéola, toxoplasmose, audiometria e testes neuropsicológicos são importantes para investigar possíveis causas, assim como algumas doenças associadas. É possível se fazer o diagnóstico por volta dos 18 meses de idade.

Dentre vários critérios de diagnóstico, três não podem faltar: poucas ou limitadas manifestações sociais, habilidades de comunicação não desenvolvidas, comportamentos, interesses e atividades repetitivos. Esses sintomas devem aparecer antes dos três anos de idade.

## **2.3 Incidência**

Incidência do autismo varia de acordo com o critério utilizado por cada autor. Bryson e Col., em seu estudo conduzido no Canadá em 1988, chegaram a uma

estimativa de 1:1000, isto é, em cada mil crianças nascidas uma teria autismo. Segundo a mesma fonte, o autismo seria duas vezes e meia mais frequentes em pessoas do sexo masculino do que em pessoas do sexo feminino.

Segundo informações da ASA – *Autism Society of América*, a incidência seria de 1:500, ou 2 casos a cada 1000 nascimentos. De acordo com o órgão norte-americano Center of Disease Control and Prevention (CDC), o autismo afetaria de 2 até 6 pessoas em cada 1000, isto é, poderia afetar até 1 pessoa em cada 166. O autismo seria quatro vezes mais presente em pessoas do sexo masculino.

O autismo incide igualmente em famílias de diferentes raças, credos ou classes sociais.

## 2.4 Causas

A medicina aponta como causas do autismo um conjunto razoavelmente bem demarcado de possibilidades. São elas:

- Fenilcetonúria não tratada;
- Viroses durante a gestação, principalmente durante os três primeiros meses;
- Toxoplasmose;
- Rubéola;
- Anoxia e traumatismos no parto;
- Patrimônio genético

Certamente, para a maioria das crianças autistas sem uma disfunção correlata, as causas ligadas a fatores genéticos são as mais prováveis.

Há duas teorias psicológicas acerca do surgimento. A primeira sugere que o problema original está na incapacidade do autista perceber que há diferenças entre seu estado mental e o estado dos outros. A outra hipótese diz respeito à função executiva do indivíduo, que geraria dificuldades de planejamento e organização.

## 2.5 Tratamento

O ideal para o tratamento do autismo é o auxílio de uma equipe multidisciplinar, consistindo em profissionais da área da psiquiatria, psicologia, fonoaudiologia, terapeuta ocupacional, fisioterapia, educador físico, assim como orientação familiar.

O uso de medicamentos ocorre através de orientação médica, caso haja alguma comorbidade neurológica e/ou problemas psicológicos que afetem o cotidiano, porém não existe medicação específica para portadores da síndrome.

Existem ainda alguns métodos de intervenção que foram desenvolvidos para pessoas com autismo e que possuem comprovação científica, são eles:

*TEACH (Treatment and education of Autistic and Related Communication*

*Handcapped Children*) consiste em um programa estruturado que combina diferentes materiais visuais para organizar o ambiente físico através de rotinas e sistemas de trabalho, esse método visa a independência e o aprendizado.

*PECS (Picture Exchange Communication System)* é um método que utiliza figuras e adesivos para facilitar a comunicação e compreensão, estabelecendo uma associação entre atividade e símbolo.

*ABA (Applied Behavior Analysis)* análise comportamental aplicada que se embasa na aplicação dos princípios fundamentais da teoria do aprendizado baseado no condicionamento operante e reforçadores para incrementar comportamentos socialmente significativos, reduzir comportamentos indesejáveis e desenvolver habilidades.

### **3. A educação Inclusiva**

Atualmente, por conta de novos valores adquiridos por nossa sociedade, a educação inclusiva vem sendo fonte de debate, onde sua importância está sendo colocada em alta. A criação de políticas públicas que promovem a inclusão de crianças portadoras de deficiências em escolas de ensino regular, especialmente as autistas, vem ganhando espaço, mesmo que de forma gradual. A escola que antes se mostrava avessa às mudanças, no

acolhimento destas crianças, rejeitando-as, hoje são desafiadas a incluir, se adequar e receber estas crianças.

Segundo a filósofa Hannah Arendt, “a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele. É, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las aos seus próprios recursos, preparando-as, em vez disso, com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum”. Sendo assim a educação inclusiva é uma filosofia e não um programa, o qual busca que todas as crianças sejam incluídas nesse contexto, visto que as diferenças humaniza. A própria Declaração dos Direitos Humanos preconiza a aceitação das diferenças quando em seu texto faz a seguinte citação: Artigo 1 - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Apesar de a lei ser clara, (LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.) sobre o recebimento de alunos, algumas instituições de ensino se apresentam resistentes a aceitação de

crianças com esse transtorno, observamos um menor apoio por parte das escolas particulares, pois gera custos estruturais e de pessoal, já as públicas se encontram mais abertas a inclusão. Os avanços legais estão sendo alcançados, falta apropriação de fato desses direitos por parte dos cidadãos e do dever das escolas em acolhê-los.

A essência da inclusão está em inserir todos, independente de sua condição. A escola deve proporcionar a todos que estão inseridos nesse contexto condições de igualdade, segundo suas capacidades, sem que haja diferenciação. Infelizmente o que se observa em algumas instituições educacionais é a separação dos alunos de acordo com sua capacidade, segregando, perdendo completamente o sentido real de incluir.

Inclusão requer preparo e participação de toda Instituição, seja do porteiro ao diretor, requer recursos e uma equipe que possa atender o aluno em suas necessidades de desenvolvimento (fonoaudióloga, psicólogo, psicopedagogo, nutricionista, terapia ocupacional, fisioterapeuta entre outros). A inclusão do aluno com autismo deve ser sempre discutida, observada suas particularidades, buscando instrumentos que deverão ser utilizados no sentido de prover o desenvolvimento de suas habilidades, ou seja, é fundamental que os profissionais da área sejam sempre preparados, tornando-se

capaz de avaliar e preparar roteiros que atendam esses alunos, já que suas habilidades são diferentes, o trabalho deve ser desenvolvido de acordo com as potencialidades de cada um.

#### **4 O Autista no Contexto Escolar**

Não é fácil falar sobre a inclusão de uma criança autista no contexto de uma escola de ensino regular, tal fato vem acompanhado de discursões e polêmicas, pois sabemos da complexidade que envolve a inserção destas crianças no ambiente escolar, no entanto, as crianças autistas apresentam graus diferentes, podendo apresentar agressividade, ou não; tal fato é desafiador para o professor, o mesmo, por vezes teme este contato, e rejeita o aluno, para que isso não ocorra deve-se ter uma equipe pedagógica preparada para apoiá-lo e dar suporte e a partir daí se ter início ao processo de inclusão. Sobre isso, Felício (2007, p.25),

“É importante salientar que, para se educar um autista é preciso também promover sua integração social e, neste ponto, a escola é, sem dúvida, o primeiro passo para que aconteça esta integração, sendo possível por meio dela a aquisição de conceitos importantes para o curso da vida.”

Dessa forma é possível citar alguns fatores que atrapalham o desenvolvimento da criança autista no espaço escolar, dentre



eles os principais são: a falta de profissionais preparados para o diagnóstico, atividades específicas que colaborem com o desenvolvimento da criança e profissionais da educação especializados na área da inclusão. Orientar os professores é de fundamental importância quando falamos de autismo; a falta de conhecimento sobre o tema permite consequências no desenvolvimento do aluno, pois este é visto a partir de suas limitações e não na superação delas, disseminando a crença de que não podem permanecer em escolas do ensino comum. Sobre educar de forma inclusiva para as diversidades, Melo, Lira e Facion (2008, p.65) diz,

“[...] impõe a construção de um projeto que não se dará ao acaso nem de uma hora para outra e que não é uma tarefa individual. Ao contrário, trata-se de um trabalho coletivo, que envolve discursões e embates entre diferentes esferas (governo, sociedade, escola e indivíduo) em que seja possível refletir sobre que escola queremos construir e que indivíduos pretendemos formar.”

Sendo assim é possível afirmar que para acontecer a inclusão de fato, os sistemas de ensino tem por obrigação criar escolas e capacitar professores e funcionários, para que estes observem e entendam as individualidades de cada criança, aprendendo a conviver com as

mesmas, assim respeitando-as e oferecendo uma qualidade de ensino igual para todos, para que tenham as mesmas condições de desenvolvimento.

Esse processo de inclusão não favorece apenas a criança autista, as demais crianças são favorecidas ao entender e conviver com as diferenças e isso é um aspecto transformador para nossa sociedade. Porém, apesar de todas as transformações positivas decorrentes dessas mudanças, a inclusão de crianças ainda está ligada aquelas que não demandam reestruturação da estrutura da escola, seja ela física e ou pedagógica, dessa forma observamos que crianças com problemas cognitivos mais severos, como alguns autistas, por exemplo, não são considerados em suas habilidades.

A escola e os pais possuem um papel de extrema importância no desenvolvimento da criança autista. Os pais devem oferecer o amor e o cuidado e a escola tem por obrigação integrar esse aluno com as demais crianças, usando para isso estratégias de aproximação, criando um ambiente que venha auxiliar no desenvolvimento de suas habilidades. Silva (2009) aponta a necessidade de orientação de professores, pois é a falta de conhecimento e respeito dos transtornos autísticos que impedem de identificar corretamente as necessidades de alunos com autismo. É necessário dispensar

algumas horas para que as crianças possam se sentir queridas e mostrar o que aprenderam. Infelizmente, o atendimento aos alunos com necessidades especiais fica prejudicado em muitas escolas regulares, pela falta de equipamentos e materiais adequados às suas especialidades e insuficiente formação e apoio aos professores que lidam com a diferença existente em suas salas de aula.

Sabendo que o autista tem o desenvolvimento mais lento em relação as demais crianças, o profissional da educação deverá se adequar a esse aluno, buscando formas de atuar junto a ele. Porém, alguns professores não se mostram tocados por essas propostas, possuem ideias distorcidas sobre o autismo e temem atitudes agressivas dessas crianças, lembrando que a agressividade não é comum a todos que se encontram nessa condição. Nos casos em que crianças com um grau severo de autismo, a qual impede o desenvolvimento da aula em escolas comuns, causando sérios problemas ao professor, estas sim deverão ser encaminhadas para um atendimento especializado, pois o ganho para o seu desenvolvimento será bem maior, sem prejuízo as demais crianças.

Ensinar é o principal objetivo do profissional que trabalha com crianças autistas, este deve focar suas atenções em orientá-los em situações funcionais, lembrando que a persistência é essencial

nesse processo. É necessário estar atento às necessidades da criança autista e quando a mesma o solicitar está pronto para iniciar um diálogo, contribuindo na sua interação junto a escola.

O projeto pedagógico da escola deve contemplar a inclusão no seu sentido real, ou seja, incluir. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, no artigo 59, garante o atendimento dos alunos em suas necessidades especiais, sendo dever da instituição ofertar currículo adequado, suprimindo a necessidade do aluno. O Tratado da Guatemala, 1991 e a Declaração de Salamanca, 1994, fala que as pessoas com deficiências, sejam elas, sensoriais, cognitivas ou mentais possuem o direito de serem incluídas em escolas do ensino regular, e esta por sua vez deverá adaptar-se as necessidades do aluno.

No Brasil, a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, resolve que alunos com qualquer deficiência tem direito a ser atendido em escola regular. A partir desses dados é possível concluir que as Leis de proteção aos indivíduos portadores de deficiência existem, o que falta são ações por parte das instituições para que a inclusão ocorra de fato, integrando os alunos através de práticas diferenciadas.

A entrada desse aluno na escola é o primeiro passo para a inclusão, o segundo é

tão importante quanto, que é o de criar um ambiente favorável que permita sua permanência, sendo esse o grande desafio da escola atual. Infelizmente a escola não foi preparada para receber essa demanda, as mudanças vão além da estrutura física de um prédio ou da contratação de “cuidadores”, o desafio da inclusão está em reestruturar o ensino, é dever da escola se adaptar o aluno e não o inverso. Devemos pensar a escola como um espaço de acolhimento, livre de rótulos, local para formação de cidadãos pensantes, conscientes de seus direitos e deveres, onde as diferenças, quaisquer que sejam, não se apresente como impedimento para permanência do aluno no ambiente escolar, independente de sua condição. A escola deve oferecer uma educação que envolva todos os alunos, uma educação inclusiva, que agregue pessoas diferentes, onde as diferenças não sejam muros de separação e sim pontes na preparação de seres humanos melhores, é papel da escola prover suporte físico e acadêmico para garantir a inclusão dos alunos para que a mesma tenha chance de sucesso.

Rever o currículo é um passo importante para que isso se efetive, assim como a constante atualização dos profissionais envolvidos. Quando a escola estiver com todo esse aparato em mãos poderemos dizer que temos uma escola inclusiva. O fato é que a demanda para a

Educação Especial chega a escola antes que haja uma preparação dos profissionais para recebê-los, o governo por sua vez tenta solucionar esse “problema” com programas de formação continuada, que muitas vezes não atendem as necessidades reais dos professores, estes só serão capazes de desenvolver um bom trabalho quando lhe for oferecido referencial teórico e assessoria pedagógica adequada.

É preciso que a escola se aproprie de seu papel, ela é um instrumento transformador, é dever da mesma se adaptar a realidade posta, sem radicalismo nem extremismo, para que não surjam formas inadequadas de educação, vistas como únicas e ideais, a criança autista, assim como as demais, devem aprender a desenvolver suas habilidades, assim como sua autonomia, conquistando seu lugar na família e na sociedade.

#### **4.1 Intervenção Multidisciplinar**

Todo profissional que atua com crianças autista deve ter o apoio de uma equipe multidisciplinar.

#### **4.2 Papel da família junto a escola**

É extremamente necessário a participação da família nesse processo de adaptação junto a escola para o desenvolvimento da criança. Ela deve receber todo conhecimento necessário sobre

o que é o autismo para assim auxiliar a escola indicando seus maiores problemas

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho leva a refletir sobre a real condição da criança autista no ambiente escolar, suas necessidades e avanços, como também o papel da escola neste processo de descobertas e adaptações.

O autismo, ao longo do tempo recebeu vários conceitos, no entanto sabemos que ainda não foi descoberta uma causa específica para o desenvolvimento desta síndrome, a única certeza que temos é sobre a importância da educação para melhoramento da qualidade de vida do autista.

Acreditar que o autista pode aprender é fundamental, existem inúmeras possibilidades a serem feitas em prol do mesmo, condená-los a escolas especializadas não é a opção mais correta, integrá-lo a sociedade é o melhor caminho para uma vida melhor.

É possível afirmar que para o desenvolvimento das potencialidades da criança autista faz-se necessário seguir com a parceria: escola, família e profissionais, sendo nosso objetivo maior, enquanto educador, buscar aperfeiçoamento e cobrar dos órgãos competentes estrutura para o desenvolvimento de um trabalho que busque beneficiar e oferecer melhores

condições de vida para os portadores desta síndrome.

Esperamos que esta leitura venha, mesmo que de forma pequena, auxiliar na compreensão do tema, contribuindo para despertar a necessidade de discussões permanentes, para que novas descobertas sejam feitas no sentido de melhorar a vida dos autistas.

## REFERÊNCIAS

AMA, Associação de Amigos do Autista. Disponível em: <<http://www.ama.org.br/>> Acesso em 28. jan. 2017.

ASSUNÇÃO, F.B. Jr. **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento Infantil**. São Paulo: Lemos Editora e Gráficos Ltda, 1997.

AUTISMO BRASIL SITE Disponível em: <<http://www.autismo.org.br/>>. Acesso em: 01 Abril 2017.

BANKS, Leite L. (Org.), **Piaget e a Escola de Genebra**, São Paulo: Editora Cortez, 1987.

BEREOHFF, Ana Maria P. **Autismo, uma visão multidisciplinar**. São Paulo: GEPAPI, 1991.

CAVALCANTE, Meire. **Inclusão: A sociedade em busca de mais tolerância.**

Nova Escola n. 196. São Paulo, 2006.

FELICIO, V. C. **O autismo e o professor: um saber que pode ajudar.** Bauru, 2007.

GAUDERER, E. Christian, **Autismo – Década de 80. Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais**, 2ª ed. São Paulo: Almed, 1987.

Miranda, P., Donnellan, A. M., Yoder, D. E. (1983) Gaze behavior: **A new look at an old problem.** *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 13, 297-309.

PEETERS, Theo, **Autismo: Entendimento Teórico e Intervenção Educacional.** Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica, 1998.

RODRIGUES, J. M. C.; SPENCER, E. **A criança autista: um estudo psicopedagógico.** Rio de Janeiro: Wak, 2010.

Secretaria de Educação. Fundamentais Parâmetros Curriculares Nacionais. Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, vl 10. Brasília.